

A DESIGNAÇÃO DA PALAVRA *INTEGRAÇÃO* EM DOCUMENTOS DE CONSTITUIÇÃO DA ALCA: o processo de nominalização

Luciana Nogueira
Mestranda UNICAMP

Introdução

O tema da integração na esfera econômica, social e política, tem sido muito discutido há muito tempo na América Latina.¹ O projeto da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) surge como a grande aposta dos EUA para promover a integração das Américas. Através da ALCA deixariam de existir quaisquer fronteiras econômicas entre os EUA (que controla aproximadamente 77% do PIB de todo o continente) e os países subdesenvolvidos das Américas, com o livre ingresso de capitais, serviços e produtos norte-americanos. Segundo Jakobsen e Martins:

“(...) a ALCA é um acordo negociado entre as economias mais desiguais do planeta: enquanto os Estados Unidos e o Canadá detêm mais de 80% do PIB hemisférico, Jamaica, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Paraguai, Panamá, Guatemala, Equador, Haiti e Nicarágua respondem, conjuntamente, por menos de 1%. O Brasil, a maior economia da América do Sul, é responsável por 7,4%, e a Argentina, nosso principal parceiro no Mercosul, responde por menos de 3% de toda a riqueza produzida no continente.” (Jakobsen e Martins, 2004: 18).

Ou seja, a ALCA coloca em igualdade de condições, em sua negociação, 34 países de economias absolutamente assimétricas.

Porém, esse projeto de integração não é consensual e há resistência à sua implementação. Alguns governos são contra a ALCA da forma como ela foi apresentada e também há um movimento popular contra a ALCA composto por partidos políticos de esquerda, setores da igreja, movimentos sociais, etc. Na América do Sul, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) surge como um contraponto ao projeto da ALCA, mas também tem muitos pontos em comum com esse projeto. Há que se

¹ Sobre este tema, há um estudo feito por Arnoux (2005) que trata de analisar os discursos sobre a “União Americana” que, de acordo com a pesquisadora, constituem a base da memória discursiva latinoamericanista.

considerar, inclusive, o fato de que a maior parte das empresas instaladas no Brasil, por exemplo, são multinacionais.

O projeto inicial da ALCA previa sua implantação definitiva para 2005, mas isso não ocorreu como foi visto na última Cúpula das Américas que aconteceu em Mar Del Plata em 2005. Surge então outra proposta alternativa à ALCA: A ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas), que é um projeto liderado por Cuba e Venezuela. Esse projeto propõe a integração latino-americana com programas sociais compensatórios em escala continental. Ainda que faça parte de minhas preocupações estudar a relação de litígio enunciativo entre ALCA, Mercosul e ALBA, não o farei aqui neste momento. Interessa agora analisar o processo de designação de “integração” no discurso promovido pela ALCA, e o que a forma nominalizada do enunciado pode nos fazer compreender.

Farei aqui uma análise da palavra *integração* a partir de textos que são documentos que tratam da proposta de implantação dessa política de integração, mais especificamente as Declarações das Cúpulas das Américas desde 1994 a 2005.

1. Designação

Para o procedimento de análise, me fundamento no conceito de relação de designação (cf. Guimarães, 1995). Para ele, designação “*é uma relação instável entre a linguagem e o objeto*”, no sentido de que o objeto é uma exterioridade produzida pela linguagem, mas não se limita a isso uma vez que essa exterioridade é objetivada pelo confronto de discursos, sendo o objeto constituído por uma relação de discursos e “*o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário exposto à diferença.*” (Guimarães, 1995: 74).

Guimarães (2002), para tratar do conceito de designação diz que é necessário diferenciar designação de nomeação, referência e denotação. O conceito de designação é reelaborado e é especificada ainda mais a instabilidade da relação entre a linguagem e o objeto, e como esta é uma relação histórica, ou seja, que produz historicidade. Vejamos:

“A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação

lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.” (Guimarães, 2002: 9).

É nesse sentido que ele considera que os nomes identificam objetos e não classificam objetos. É considerar o fato semântico de que as coisas são referidas enquanto significadas e não meramente como coisas existentes no mundo. E essa significação é construída no dizer. Assim, identifica-se algo em virtude de significá-lo. Na cena enunciativa a designação estabelece uma relação com o real, através do simbólico, ou seja, não se trata de considerar a designação ontologicamente, mas de considerá-la como uma relação simbólica de modo que, em cada designação, o real é exposto de outro modo. Para se compreender a designação, ela precisa ser analisada relativamente a outras designações.

Na relação que estabelecemos com a análise de discurso (AD) é preciso analisar essas designações de *integração* observando as marcas formais que constituem uma regularidade nesses textos para se chegar à propriedade do discurso. Assim, num primeiro momento da análise desse corpus pude ver, através dos procedimentos de reescritura e articulação, que aparece sempre a palavra “*integração*” como enunciado nominalizado, predominantemente em expressões definidas. Portanto é a partir disso que, para a análise que farei da palavra “*integração*” como enunciado nominalizado no texto é preciso ter em conta que há marcas materiais que são relevantes para um estudo interpretativo/discursivo do(s) sentido(s) de *integração* na proposta da ALCA. Refiro-me à marca material tal como é tratada na análise de discurso.

“(...) a análise de discurso trabalha com as formas materiais que reúnem forma-e-conteúdo. As marcas formais, em si, não interessam diretamente ao analista. O que interessa é o modo como elas estão no texto, como elas “encarnam” no discurso. Daí o interesse do analista pela forma-material que lhe permite chegar às propriedades discursivas.” (Orlandi, 2005: 90).

Interessa compreender aqui o que a designação dessa palavra traz nesse discurso das Cúpulas das Américas (o espaço de oficialização da proposta da ALCA), buscando apreender a exterioridade significada pela linguagem na relação das designações. O texto deve ser pensado como uma unidade imaginária, fazendo intervir na reflexão a ideologia, e é pelo texto que nós temos acesso à interdiscursividade. Orlandi diz que o

texto é a unidade fundamental da linguagem quando se pensa no seu funcionamento e o funcionamento é o fato de que ele faz sentido. Sem texto não há significação. As palavras, para significarem, já foram texto. (Orlandi, 2001).

Essas declarações que analiso são emitidas nas reuniões das Cúpulas das Américas. Nessas Cúpulas reúnem-se os chefes de Estados eleitos nas Américas, assim como são apresentados. A preocupação em analisar a designação de integração nesses documentos é um modo de colocar em questão os sentidos de que a ALCA é a favor da integração de um modo neutro. Saber o sentido de *integração* nestes textos é um modo de procurar compreender o que a designação desta palavra traz a propósito das relações políticas entre os Estados que estão negociando a ALCA. É também procurar compreender que outros discursos estão sendo apagados ou mobilizados no processo de designação.

2. A designação e o pré-construído

De acordo como já vimos acima, entendemos o conceito de designação conforme Guimarães (2002). É preciso entender que as relações de designação são produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeitos e assim temos sentidos que são produzidos apagando outros sentidos possíveis.

Marandin (1997), ao trabalhar com a relação sintaxe/discurso admite que a linguagem é estruturalmente heterogênea. Para definir seu plano de trabalho acerca da relação de substitutibilidade em um domínio semântico (DS), diz que o que reúne tais substituíveis não está necessariamente presente no texto em análise. Há sempre a necessidade de se ultrapassar as fronteiras do texto. É imprescindível para a AD a presença dentro de uma seqüência discursiva de outras seqüências discursivas e isso é a base da distinção entre interdiscurso e intradiscurso, além de ser a origem da tese segundo a qual o intradiscurso só se constitui pelo interdiscurso que o atravessa (cf. Marandin, 1997).

Tomando essas questões, Marandin discute a noção de pré-construído pensando justamente na relação que esse conceito tem com a sintaxe. E esta é, para Marandin, “*uma ferramenta essencial que entra na construção de um observatório dos discursos.*” (idem: 124). O pré-construído é definido como o que designa uma situação onde o modo de organização do objeto é indistinguível de seu modo de interpretação. Mais adiante diz: “*tem-se pré-construído quando o diferencial interpretativo recorta uma*

diferença em uma construção ideológica. A eficácia é então máxima, pois a diferença se apresenta nas formas tais como a língua força a interpretá-las.” (idem: 131). É essa relação apresentada por Marandin que interessa para este trabalho como veremos adiante no caso da nominalização. A nominalização é um recorte do funcionamento da designação que o corpus em questão apresenta. É preciso distinguir, como diz Marandin, o estudo das formas dependentes da sintaxe do estudo do lugar da sintaxe na compreensão do discurso.

A posição materialista exige que se analise a materialidade do discurso e do sentido. Então, de acordo com Pêcheux:

“(...) o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam.” (Pêcheux, 1995: 160).

3. A descrição dos recortes

Numa primeira etapa de análise, faremos um estudo descritivo dessas marcas formais. Retomemos alguns dos recortes apresentados anteriormente:

Sd1. “Embora enfrentem diferentes desafios de desenvolvimento, as Américas estão unidas na busca da prosperidade por meio de mercados abertos, **da integração hemisférica** e do desenvolvimento sustentável.” (Primeira Cúpula das Américas, 1994).

Sd2. “Promoção da prosperidade mediante **a integração econômica e o livre comércio**” (subtítulo). (Primeira Cúpula das Américas, 1994).

Sd3. “O livre comércio e **a integração econômica progressiva** são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente.” (Primeira Cúpula das Américas, 1994).

Sd4. “Trabalharemos com base nos acordos sub-regionais e bilaterais existentes, com vistas a ampliar e aprofundar **a integração econômica hemisférica** e tornar esses acordos mais parecidos.” (Primeira Cúpula das Américas, 1994).

Sd5. “comprometemo-nos a empreender iniciativas de energia renovável, promover **a integração energética**, aprimorar o marco regulatório e sua implementação, promovendo os princípios de desenvolvimento sustentável.” (Terceira Cúpula das Américas, 2001).

Como podemos ver nas seqüências discursivas (Sd) 1, 2, 3, 4 e 5 a palavra *integração* funciona como nominalização para a forma verbal “integrar”. Mas veremos que não se trata simplesmente de uma relação mecânica de derivação numa relação: verbo – nome. Não são estruturas fixas nas quais um deriva do outro, mas há num texto nomes que se diferenciam de outros nomes, uma vez que estão em relação com “outra coisa” e essa outra coisa é, a princípio, um enunciado verbal subjacente (cf. Sériot, 1985). Então, não se trata de analisar a passagem do enunciado verbal à nominalização, a partir de regras produtoras de frases gramaticais, mas o inverso. Para Sériot interessa saber como remontar da nominalização a essa “outra coisa”, a esse outro enunciado que não está no texto, mas que está constituindo sentidos no texto.

Diante dessa caracterização, uma questão que se coloca é: o que se integra com o que, quando e como? A nominalização apaga outros dizeres e não explicita o agente, nem o paciente. Assim, quando temos um funcionamento de nominalização, perdem-se as propriedades do verbo, pois o processo não é nunca explicitado.

Nos sintagmas nominais destacados “a integração econômica”, “da integração hemisférica”, “a integração energética”, etc, há um efeito de apagamento do sujeito, do tempo, do processo. Há aí um efeito de neutralização no modo de dizer a integração. Mas, por outro lado, temos as determinações que particularizam a integração funcionando como uma adjetivação para integração, nas relações que determinam a palavra “integração”.

Retomemos mais dois recortes:

Sd6. “**A integração hemisférica** é complemento necessário das políticas nacionais para superar os problemas pendentes e alcançar maior grau de desenvolvimento. **Um processo de integração em seu conceito mais amplo** permitirá, com base no respeito às identidades culturais, configurar uma teia de valores e interesses comuns que nos ajude a cumprir esses objetivos.

A globalização oferece grandes oportunidades para o progresso de nossos países e abre novos campos de cooperação para a comunidade hemisférica.” (Segunda Cúpula das Américas, 1998).

Sd7. “Acreditamos que **a integração econômica**, o investimento e o livre comércio são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente. Esses temas serão levados em consideração à medida que avancemos com **o processo de integração econômica** nas Américas.” (Segunda Cúpula das Américas, 1998).

Na Sd6, temos o sintagma nominal que determina integração, mas temos também *integração* como “um processo” trazendo aqui a relação de indeterminação, a partir do artigo indefinido “um”. Então, o funcionamento de integração aqui é diferente dos outros selecionados porque ele é indeterminado. Além disso, parece haver uma espécie de contra-palavra a um possível questionamento acerca do que seja integração. Porém, na Sd7, já não é mais novo porque é determinado. O que isso quer dizer?

Quando é colocado como elemento novo “um processo de integração”, espera-se que se vá explicitar o que é, mas só se fala dos benefícios que a integração promoverá: *“permitirá, com base no respeito às identidades culturais, configurar uma teia de valores e interesses comuns que nos ajude a cumprir esses objetivos.”* O que interessa é mostrar os resultados benéficos da integração. Esses resultados que, de certa forma, predicam integração funcionam nas relações argumentativas direcionando para a aprovação da ALCA.

Sd8. “Continuaremos a promover **a plena integração** das populações indígenas e de outros grupos vulneráveis à vida política e econômica (...)”
“Reconhecemos que o desenvolvimento de vínculos energéticos entre nossos países e a intensificação do comércio no setor de energia fortalecem e impulsionam **a integração das Américas. A integração energética**, baseada em atividades competitivas e transparentes, (...) contribui para o desenvolvimento sustentável de nossas nações (...).” (Segunda Cúpula das Américas, 1998).

Na Sd8, “plena integração” da população indígena não diz nada sobre essa integração. Vemos que, quando a integração é determinada por econômica, hemisférica, etc, os sintagmas são compostos com a determinação de integração na frente. Já no caso da integração indígena, “plena” é colocado antes produzindo um efeito de “enfraquecimento” da integração porque será plena, mas plena em quê?

Outros exemplos:

Sd9. “(...) o livre comércio, sem subsídios nem práticas desleais, associado a um crescente fluxo de investimentos produtivos e **a uma maior integração econômica**, promoverá a prosperidade regional (...)” (Terceira Cúpula das Américas, 2001).

Sd10. Não receamos **a globalização**, nem estamos seduzidos por seu fascínio.” (Terceira Cúpula das Américas, 2001).

Sd11. “Com uma visão renovada e fortalecida da cooperação, da solidariedade e **da integração**, enfrentaremos os contínuos e crescentes desafios do Hemisfério.” (Cúpula Extraordinária – Nuevo León, 2004).

Sd12. “Alguns membros sustentam que devemos levar em conta as dificuldades **do processo de negociações** da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e reconhecer a contribuição significativa que **os processos de integração econômica e a liberalização do comércio** nas Américas podem e devem fazer para atingir os objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática.” (Quarta cúpula das Américas, 2005).

Observando as Sd2 e Sd12 temos o funcionamento da coordenação (e) e enumeração que constituem o efeito de pré-construído. Aqui “integração” e “livre comércio” são equiparados. Temos dois objetos como sendo equivalentes a partir de uma posição-sujeito. Neste caso vai para a posição-sujeito porque outra posição entraria em conflito. O efeito é de colocar em igualdade esses dois termos, que, para analistas econômicos, por exemplo, não é a mesma coisa. O discurso do livre comércio e o que é dito sobre isso vem do liberalismo e então a integração aqui equiparada pode assumir esse caráter de estar filiada a uma concepção liberal (no sentido político) do que seja integração.

No conjunto dos textos que compõem o corpus, a palavra *integração* é sempre particularizada, na sua forma nominal. Há um não dito que funciona no já-dito constituindo também a designação dessa palavra. Nos recortes selecionados vemos que há uma determinação do nome integração, particularizando a integração e constituindo o processo designativo. Está posta também a questão da associação, da cooperação entre os mercados (não entre pessoas), mas uma relação de associação não pressupõe poder igual para os associados.

Nas Sds 6 e 10 temos a palavra globalização, também funcionando como uma nominalização. Nesse caso parece haver uma relação de sinonímia entre “integração” e “globalização”, ambas orientando para a direção de progresso, avanço, pois há aqui um discurso positivista que remete o tempo todo a idéia do avanço, do progresso e ambos num contexto global. Quando fiz a análise semântica das ocorrências da palavra “integração” pelo procedimento de reescritura, vi que na maioria das vezes esta palavra aparece por repetição. Porém, há duas ocorrências da palavra por substituição, mas é pela mesma palavra “globalização”, de maneira que há só uma palavra que substitui “integração” na análise que fiz. Isto dá uma relação particular, a de totalização. As outras ocorrências se relacionam a partir de procedimentos de especificação “interna” (integração energética, integração econômica, integração hemisférica). Portanto essas palavras que estão em relação direta com “integração” funcionam como especificações, qualificações da articulação direta com “integração” a exceção da

expressão “liberalização do comércio” que tem um funcionamento diferente. Já a palavra “globalização”, pelo procedimento de substituição determina todo o conjunto das articulações diretas de “integração”, englobando todas essas especificações. “Integração” funciona, portanto, como hipônimo de “globalização”. O fato de “globalização” produzir um sentido hiperonímico não está na língua como uma forma fixa, mas no texto, ou seja, não é uma relação própria da língua, mas é produzida no texto. Assim, o hiperônimo “globalização” determina “integração”. Não se trata, portanto, como dissemos num primeiro momento, somente de uma relação de sinonímia entre as palavras “integração” e “globalização”.

4. O processo de nominalização

Como já vimos no início das descrições das seqüências discursivas, a palavra “integração” está funcionando na sua forma nominalizada. Quando temos a nominalização, o processo não é explicitado e sendo assim, as propriedades do verbo são perdidas, como o tempo, o modo, etc. A abrangência dos temas incluídos nas negociações da ALCA constitui uma característica desse acordo. E isso aparece mesmo pelo processo de nominalização.

Na nominalização o que está tematizado pelo verbo se transforma em nome e então as posições ficam com os conteúdos todos elididos. O que é a ação se transforma no resultado da ação. Tem-se uma estrutura não explicitada, não expandida e que supõe um conhecimento x. Na teoria lingüística mais geral a nominalização é o que “representa”, “é a forma transformada de”. Ela não é algo de inicial, mas é o produto, o resultado de certas operações efetuadas antes da realização material do texto. Pensando na derivação morfológica de “integração” temos: verbo - substantivo = integrar – integração. Mas essa derivação morfológica só nos mostra certa potencialidade do sistema da língua. Estou tomando Sériot (1985) para este trabalho porque ele trata justamente de expandir, de elaborar teorias acerca da nominalização tendo como corpus o discurso político soviético. Vemos com Sériot que a questão lingüística somente não resolve o problema de interpretação do enunciado. O sistema da língua, que é relativamente autônomo serve de base potencial a um funcionamento de suas formas. A nominalização, para ele, ultrapassa o quadro de uma lingüística que seria concebida como descrição de um sistema, a língua, ou mesmo a competência de um locutor ideal. Isto se dá porque a superfície lingüística não é homogênea (cf. Sériot, 1985). Na relação

que ele estabelece com o pré-construído vemos que o que é importante é que o enunciado nominalizado é pré-construído. Assim, a palavra nominalizada não é alterada pelo sujeito enunciativo, mas está como objeto do mundo “já-lá”, preexistente ao discurso, que servirá para instanciar um lugar na relação, porém suas condições de produção foram apagadas. São essas formas particulares de pré-construído, as nominalizações, que Sériot vai analisar no corpus que ele toma em tal estudo. Para ele toda ocorrência de um encaixe sintático (a nominalização é apenas um caso particular), contribui potencialmente para fazer de um texto, em função das formas particulares da língua em que se dá, uma superfície heterogênea na qual se misturam e se articulam elementos de discurso de origem diversas. Para a nominalização, o exterior ao texto não é explícito, nem “mostrado”, ele é apenas indicado, utilizado, nomeado como objeto do mundo, se apresentando sob a forma de um nome. (Sériot, 1985).

A nominalização traz o objeto como ponto pacífico, como algo que não está em discussão e é assim que temos que pensar o funcionamento da designação de “integração” para a ALCA. Quais são os efeitos que ela traz por não obrigar o verbo a preencher seus argumentos?

É nesse sentido que o conceito de pré-construído é fortemente convocado, quando temos a nominalização. Para Pêcheux o pré-construído é o efeito pelo qual os objetos já estão dados para a identificação do sujeito e sua formulação. O efeito do pré-construído, como já vimos em Marandin (1997) e agora retomando Mariani (1998) é a ação vertical do interdiscurso no intradiscurso, obtido com a nominalização.

De acordo com Mariani:

“A denominação, enquanto um modo de construção discursiva dos ‘referentes’, tem como característica a capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, “os pontos de estabilização de processos” resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo campo.” (Mariani, 1998:118).

Assim, a autora se coloca numa perspectiva que considera que o processo de denominar não está somente na ordem da língua ou das coisas, mas sim na ordem do discursivo. Para Mariani as denominações tornam visíveis as disputas, as imposições e mesmo os silenciamentos que há entre a formação discursiva dominante e as demais. E, no caso em que estamos analisando, temos a nominalização materializando esse

cruzamento de discursos no qual atuam os domínios da memória, da atualidade e da antecipação, como veremos adiante. Mariani afirma que as denominações estão “*instaladas no interdiscurso, impedindo outras significações, disfarçando as tensões, mas ao mesmo tempo e, contraditoriamente, tornando evidente a fuga dos sentidos.*” (Mariani, 1998:119). Assim, para entender a designação de “integração” em sua forma nominalizada é preciso sair da superfície lingüística, ver com que outras palavras ela se relaciona, que efeitos isso produz, qual a relação com a história oficial, enfim, buscar compreender quais os efeitos de sentido que tem a palavra “integração” no funcionamento de nominalização.

No exemplo dado na Sd3 acima, temos que a integração econômica progressiva e o livre comércio são fatores essenciais para elevar os padrões de vida, melhorar as condições de trabalho e proteger melhor o meio ambiente. Porém o compromisso com a verdade dessas conseqüências da integração fica por conta do locutor. Há um pressuposto de que a integração da qual ele fala funciona assim. Não está explicitado o que se integrará com o que? Por quem? Como será feito isso? Etc. Há um efeito de universalidade dos benefícios da integração proposta pela ALCA. Aí está funcionando o pré-construído. Usualmente, todos os acordos de livre comércio entre países têm sido denominados de integração econômica. Nesses casos, o termo “integração” é utilizado com uma conotação positiva, assim como o termo “livre” adjetivando o comércio. Quem em princípio é contra integração e liberdade? (Jakobsen e Martins, 2004). Mas, considerando toda a polêmica que existe em torno dessa questão, vemos que a nominalização apaga, neutraliza toda a polêmica. Não é dito em nenhum momento, nos recortes analisados, que existe uma gritante diferença econômica entre os países que compõem a negociação da ALCA, de forma que, numa livre concorrência uns são mais livres que outros.

Vemos que *integração* é uma forma nominalizada e que isso também, materialmente, produz sentidos. O que está em questão é que esses sentidos de integração são produzidos no acontecimento de enunciação considerando-se, porém, as condições de produção desse discurso.

A palavra *integração* aparece sempre como um sintagma nominal. Como a nominalização sempre traz o sentido como ponto pacífico, pois num processo de nominalização temos todas as propriedades do verbo perdidas (o processo não é explicitado, nem o sujeito, o tempo, o modo, etc.), é necessário ir para o pré-construído e ver como funciona o silenciamento. O valor da integração é pré-construído

determinando o que seja seu valor por um lado, e indeterminando o valor de integração por outro. O efeito de pré-construído traz o efeito de completude, uma vez que a incompletude é a condição da linguagem, mas a questão que se põe é o que ficou dito e o que ficou sem dizer? (Orlandi, 2002). Desse modo é preciso não trabalhar somente com as seqüências discursivas no domínio da atualidade como fizemos inicialmente, mas também no domínio da memória, conforme Courtine (1981).

Que outros sentidos para “integração” estão sendo silenciados?

Courtine (1981) trata da relação entre discurso e memória, discutindo o trabalho com o corpus. Refiro-me a esse trabalho constante de descrição e interpretação. A definição das condições de produção do discurso garante a legitimidade de certas homogeneizações sucessivas que conduzem a uma restrição do campo discursivo de referência. Com relação à determinação das condições de produção de uma seqüência discursiva de referência (sdr), no seio de um corpus discursivo, podemos trabalhar com os seguintes domínios, de acordo com Courtine:

- Domínio de Memória.
- Domínio de Atualidade.
- Domínio de Antecipação.

No *domínio de memória* nós temos os funcionamentos discursivos de encadeamento do pré-construído e de articulação de enunciados. É possível também, delimitar um domínio das formulações-origem, os quais não são absolutamente um “começo” do processo discursivo, mas constitui o lugar em que se pode detectar, no desenvolvimento do processo discursivo, a emergência de enunciados que figuram como elementos do saber próprio de uma Formação Discursiva (FD).

O *domínio de atualidade* está formado por um conjunto de seqüências discursivas que coexistem com a seqüência discursiva de referência (sdr) em uma conjuntura histórica determinada. Todas essas seqüências discursivas que estão no domínio da atualidade se inscrevem na instância do acontecimento.

O *domínio de antecipação* compreende um conjunto de seqüências discursivas que sucedem à sdr, no sentido em que certas formulações que esta última organiza em seu intradiscurso mantêm, a respeito das formulações detectáveis no domínio da antecipação, relações interpretáveis como efeitos de antecipação.

Esses domínios não constituem uma interpretação cronológica, não é uma seqüencialidade desses domínios que está em discussão. O que interessa com isso é poder caracterizar as repetições, as rupturas, as transformações de um tempo processual.

Diante disso podemos analisar o corpus em questão tratando também do domínio da memória e aí cabe pensar no discurso integracionista do século XIX que está apagado no domínio da atualidade, como vemos nas análises do corpus. O discurso integracionista do século XIX é o discurso bolivariano da integração americana. Simón Bolívar (1783-1830), que ficou conhecido como “o libertador”, foi a principal figura do século XIX no que se refere à integração latino-americana. Ele defendia, na verdade, a idéia de uma integração continental e para isso convocou, em 1826, o Congresso do Panamá, o qual daria início às Conferências Panamericanas. As Conferências Panamericanas foram uma série de reuniões de delegados, ministros de relações exteriores e presidentes das nações da América que aconteceram entre 1889 e 1954 dentro das idéias e princípios do panamericanismo. Temos o sintagma nominal “integração americana” ou mesmo “integração panamericana”. Nesse caso, a adjetivação da nominalização “integração” mobiliza outra rede de formulações discursivas. Apesar de suas contradições, um dos princípios era a integração política dos Estados Americanos, a igualdade dos Estados nos organismos, entre outras coisas, ainda que, na prática isso não tenha sido concretizado, pois em 1823 os EUA proclamavam a Doutrina Monroe que defendia: “a América para os americanos”, sendo que “americanos” é a forma como os norte-americanos se autodenominam. Logo mais surge a questão do Destino Manifesto, como consequência do pragmatismo norte-americano em suas conquistas (Doutrina Monroe) e ambas parece seguir vigorando até hoje.

Há marcas materiais desse apagamento no discurso promovido pela ALCA. É o caso, por exemplo, de não aparecer nunca nos documentos da ALCA a palavra “americana”, pensando em “integração americana”. O que aparece é integração “das Américas”, “hemisférica”, “econômica”. O efeito metafórico está em substituir “americana” por “hemisférica”, por exemplo. Aqui temos distintas formações discursivas. O que temos então, enquanto domínio de atualidade é todo um silenciamento sobre o discurso e a política de integração do século XIX, com os princípios bolivarianos. O apagamento dessa memória, que está igualmente constituindo sentidos no discurso da atualidade, revela justamente que há duas formações discursivas conflitantes. No domínio da memória podemos configurar uma rede de formulações discursivas que conforma uma FD de caráter mais de esquerda e no domínio da atualidade a rede formulações discursivas que trabalhamos conforma uma FD de caráter neoliberal.

Arnoux (2005) a partir da análise que faz dos escritos publicados em Santiago do Chile em 1862, com o título de “Colección de ensayos i documentos relativos a la Unión i Confederación de los Pueblos Hispanoamericanos”, conforme já mencionado na nota nº 1 deste trabalho, mostra que os modos de designar politicamente a unidade (tratando do componente programático da questão da União Americana) são diversos e percorrem um continuum que atinge dois pólos. Um que atende mais os modos de organização (Confederação) e outro que está mais no identitário (Nação). Ela mostra então as designações: Federação americana, Confederação americana, Associação americana, União americana, grande “Pátria Comum”, enfim, e além disso faz uma retomada histórica da questão. Seria interessante estabelecer relações entre esse estudo o que que começo a desenvolver aqui, porque com a ALCA falamos de uma proposta de integração que parte do norte e toma em conta todo o continente a exceção de Cuba. Aparece então uma diferença significativa com o termo “globalização” que surge no discurso das Cúpulas das Américas, a partir de certa posição de sujeito, marcando e caracterizando uma integração inscrita numa outra fase do capitalismo, o imperialismo.

No que se refere às antecipações, quando temos a hipótese do que é que constitui a designação de *integração* nos textos que propõem a criação da ALCA, vemos que ao particularizar o setor de energia, por exemplo, está em questão a preocupação com setores estratégicos da economia nas Américas. O grande tema que envolve a integração é a economia, sendo, portanto as relações comerciais as que mais importam, ou que só importam para a integração proposta pela ALCA. Falar em integração hemisférica é delimitar não somente um espaço geográfico para dar limites a essa integração, mas também está em jogo um espaço político e, nessa medida, está em questão a distribuição das riquezas entre Hemisfério Norte e Hemisfério Sul. Assim, a globalização aparece como algo determinante para a integração e assim para o progresso, para o bem estar social que a ALCA vai promover. Está colocada a globalização dos recursos naturais, por exemplo. Ao se estabelecer essa divisão podemos pensar que há coisas que se globalizam e há coisas que não se globalizam e este seja talvez o caso da miséria (não “globalizável”) da América Latina.

BIBLIOGRAFIA:

- ARNOUX, E. (2005). « El pensamiento sobre la Unión Americana”: estudio de una matriz discursiva. *Revista Letras, Volumen de Estudios Lingüísticos*, nº 10.
- COURTINE, J.-J. (1981). *Algunos Problemas Teóricos y Metodológicos en Análisis del Discurso, a propósito del discurso comunista dirigido a los cristianos*. Tradução: Maria del Carmen Saint-Pierre.
- GUIMARÃES, E. (1995). *Os Limites do Sentido – um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. - 2. ed. – Campinas, SP: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do Acontecimento – um estudo enunciativo da designação*. Campinas – SP: Pontes Editores.
- JAKOBSEN, K. e MARTINS, R. (1996). *ALCA – quem ganha e quem perde com o livre comércio nas Américas*. 2ª edição atualizada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MARANDIN, J.-M. (1997). *Sintaxe, discurso: do ponto de vista da análise do discurso*. In: Orlandi (org.) [et al.]; *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et al.] 2ª edição, Campinas – SP: Editora da Unicamp. Pp. 119-143.
- MARIANI, B. (1998). *O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp.
- ORLANDI, E. (1999). *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.
- ORLANDI, E. (2001). *Discurso e Texto – formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, Pontes.
- ORLANDI, E. (2002). *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- PÊCHEUX, M. (1995). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp. 2ª edição.
- SÉRIOT, P. (1985). *Langue russe et discours soviétique: analyse des nominalisations*. In: *Langages*, 1985
- ZOPPI-FONTANA, M. G. (1999). *É o nome que faz a fronteira*. In: Indursky, F. (org.) [et al.] *Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto. Pp. 202-215.
- Site oficial da ALCA: http://www.ftaa-alca.org/alca_p.asp. Declarações das Cúpulas das Américas.